



JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 20339/2019

Sumário: Recrutamento de um técnico superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para o Centro de Informação e Comunicação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Recrutamento de um técnico superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para o Centro de Informação e Comunicação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar um Técnico Superior (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções no Centro de Informação e Comunicação da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor da carreira/categoria de Técnico Superior;

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe ao Centro de Informação e Comunicação o desenvolvimento das competências da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), nas áreas da biblioteca, arquivo, edição de publicações e coordenação de todos os canais de comunicação da mesma Direção-Geral com o exterior (impresso, digital, áudio e vídeo), incluindo a realização de eventos.

III — Perfil pretendido:

- a) Ser detentor da Licenciatura na área das Ciências da Comunicação ou Design de Comunicação ou Comunicação e Multimédia ou outra licenciatura com pós-graduação em *design* de comunicação, comunicação ou multimédia;
- b) No âmbito das exigências específicas do posto de trabalho, deve ser capaz de assessorar a DGPJ no tratamento de todas as questões respeitantes à comunicação e imagem da DGPJ, nomeadamente:

- Planificação e preparação da informação da DGPJ destinada a divulgação;
- Desenvolvimento e gestão de informação destinada a diversos canais (impresso, digital, áudio e vídeo);
- Produção e atualização de conteúdos para website e redes sociais (Facebook, LinkedIn);
- Conhecimentos de utilização de *softwares* de captação e edição de imagem, áudio e vídeo (Adobe);
- Planificação e organização de eventos da DGPJ;

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.



V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar através de correio eletrónico requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detêm, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
(Procedimento de recrutamento — Centro de Informação e Comunicação)
correio@dgpj.mj.pt

VI — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

24 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.

312783967